



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

PAUTA DA REUNIÃO DO CNDM – 18/10/2005

9h – Expediente do CNDM

Composição Câmaras Temáticas

- Agenda Internacional
- Trabalho, Geração de Emprego e Renda
- Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia
- Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Violência

Comissões Temporárias

- Regimento do CNDM
- Elaboração de Pauta
- Cartilha sobre Controle Social
- Aprovação das atas das reuniões dos dias: 05/04/2005 e 14/06/2005

10h30 – Informes SPM

- Monitoramento do Plano
- Execução Orçamentária
- Encaminhamentos: produto da Tripartite – Pauta da CSSF dia 19/10
- Combate a Violência, PL Violência. Encontro de Delegadas, dia 25/11
- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- Regulamentação da “PEC paralela” – Previdência Social

12h30 – Almoço

14h30 – Controle Social/Parceria com o Ministério da Saúde – Departamento de Apoio a Gestão Participativa: Proposta de Encontro de Conselhos Saúde e Mulher

15h30 – Agenda Internacional

16h – Encaminhamentos Finais

**ATA DA VI REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2005**

1 Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, na Sub-sede da
2 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º
3 andar, sede do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho
4 Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, organização
5 interna; 2) Pactuação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres 3) Orçamento da
6 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 4) Programa de Documentação da Trabalhadora
7 Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário 5) Controle Social/Seminário 6) Agenda Internacional.
8 Estiveram presentes as seguintes conselheiras da Sociedade Civil: I) Maria Aparecida Schuma

9 Schumacher/AMB; II) Inês Justina Cima/ANMTR; III) Gisela Zilsch/ABMCJ; IV) Maria Ednalva Lima/CUT; V)
10 Rumiko Tanaka/CGT; VI) Márcia de Campos Pereira/CMB; VII) Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE; VIII)
11 Jacimar de Almeida Gouvêa/CONAMI; IX) Beatriz Zanella Fett e Arlete Carminatti Zago/BPW–Brasil; X)
12 Jeanete Assad Mazzeiro/MERCOSUL; XI) Maria da Conceição Concita Maia/MAMA; XII) Marilma Torres
13 G. de Oliveira–OAB; XIII) Eleutéria Amora da Silva/Marcha Mundial; XIV) Helena Ribeiro da Silva/Força
14 Sindical; XV) Eline Jonas/UBM; XVI) Lia Zanotta/Rede Fem de Saúde; XVII) Albertina de Oliveira
15 Costa/Notório Conhecimento. Representantes Governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire/SPM; II) Maria
16 Laura Sales Pinheiro/Secretária Adjunta da SPM; III) Fabia Souza, representando Denis Santana Barros –
17 /MP; IV) Maria José de Oliveira Araújo/MS; V) Rosylane Vasconcelos, representando Lúcia Helena
18 Lodi/MEC; VI) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; VII) Flávia Gomes Galiza/MinC; VIII) Hildézia Alves
19 Medeiros/MDS; IX) Andrea Fontenele, representando Mari Machado/MDA. A reunião foi aberta pela
20 Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que após fazer sua saudação inicial, passou a palavra
21 para a Secretária–Adjunta Maria Laura Sales Pinheiro, para a parte inicial de expediente. Depois de
22 apresentar as justificativas de ausência das conselheiras Clara Charf, Nilza Iraci e Mari Machado, Maria
23 Laura apresentou a distribuição das conselheiras pelas Câmaras Temáticas e Comissões Temporárias
24 do CNDM, solicitando que até o final da reunião todas conferissem ou incluíssem seus nomes e suas
25 opções, para que o quadro fosse atualizado com as novas conselheiras que tomaram posse na última
26 reunião. Em seguida a Ministra Nilcéa submeteu ao plenário as atas das reuniões de 5 de abril e 14 de
27 junho, anteriormente remetida às conselheiras, que as aprovaram, e justificou a ausência da
28 Secretária do CNDM por estar no Rio de Janeiro acompanhando a chegada de sua primeira neta. A
29 Ministra então discorreu sobre a implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e sua
30 pactuação com estados e municípios, destacando que, na medida em que o Plano é implementado,
31 está sendo construída ou fortalecida uma rede de institucionalidade, chegando a localidades nos mais
32 diversos pontos do país onde não havia ainda organismo de políticas para mulheres. Informou que já
33 foram assinados 260 pactos pela implementação do Plano com municípios e governos estaduais,
34 sendo que há 120 mecanismos de executivos de políticas para as mulheres, entre coordenadorias,
35 assessorias, superintendências, representando um expressivo crescimento em relação ao ano
36 passado. Em seguida a Ministra passou a palavra para a Sub–Secretária de Planejamento da Secretaria
37 Especial de Políticas para Mulheres, Ângela Fontes, que informou sobre o Monitoramento do Plano
38 através da Internet, para que o sistema possa ser alimentado permanentemente pelos diversos órgãos
39 ministeriais e possa também ser consultado através de uma senha pelos representantes do Comitê de
40 Acompanhamento e Monitoramento, do qual o CNDM faz parte. Lembrou ainda da importância dos
41 encontros regionais que estão sendo feitos com as coordenadorias, onde também está havendo uma
42 capacitação para convênios e projetos, preparando para o Fórum Nacional das Coordenadorias que
43 acontecerá em dezembro, em Brasília. Em seguida a Ministra Nilcéa passou para a apresentação do
44 orçamento da SPM, cuja planilha havia sido distribuída para as conselheiras. Informou que a proposta
45 orçamentária para a Secretaria de Políticas para as Mulheres para 2006 está nos mesmos valores do
46 orçamento contingenciado deste ano, o que não se pode aceitar. Nesse sentido, está havendo uma
47 articulação com a bancada feminina no Congresso Nacional para apresentação de emendas às
48 comissões permanentes, lembrando que a parceria com o CEFEMEA tem sido muito importante na
49 discussão do orçamento no âmbito do Congresso. A palavra foi passada para a conselheira Schuma
50 Schumacher, que parabenizou a Secretaria, a Ministra e a Secretária–Adjunta Maria Laura pelo processo
51 de condução da Comissão Tripartite pela Revisão da Legislação do Aborto, culminando com a entrega
52 da proposta na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. Em seguida a conselheira

53 Schuma apresentou uma proposta de documento a ser enviado ao Presidente da República, aos
54 Ministros da Fazenda e do Planejamento e a parlamentares sobre o Orçamento da Secretaria, para ser
55 discutido pelas conselheiras. Após as falas das conselheiras Eline Jonas, Maria José Araújo, Hildézia
56 Medeiros, Márcia Campos, Lia Zanotta e Schuma Schumacher, foi aprovado o seguinte documento: “Ao
57 *Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil Luís Inácio Lula da Silva C/C:*
58 *Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Presidente*
59 *da Comissão Mista de Planos e Orçamento e Relator Geral e Relatoria Setorial da Presidência da*
60 *República* Por decisão do pleno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher reunido no dia 18
61 de outubro de 2005 em Brasília, dirigimo-nos a Vossa Excelência para manifestar a preocupação do
62 CNDM quanto às restrições que estão colocadas ao desenvolvimento das políticas públicas para as
63 Mulheres. Uma parte substantiva dos recursos financeiros previstos para a execução destas políticas,
64 em 2005, está sob contingenciamento: em outubro, 28% do montante autorizado para a Secretaria
65 Especial de Políticas para as Mulheres está contingenciado. E para o próximo ano a situação se
66 anuncia grave, porque o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2006, enviado pelo Governo
67 Federal ao Poder Legislativo reduz substantivamente os recursos para esta Secretaria. Segundo o
68 PLOA 2006, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres disporá de apenas R\$16,6 milhões
69 durante o ano de 2006, o que representa uma queda de 32,2% relativamente ao autorizado em 2005,
70 que é de R\$24,6 milhões. São R\$8,0 milhões a menos para a execução das políticas de combate a
71 desigualdade de gênero, que estão a cargo da SPM. Considerando os compromissos assumidos pelo
72 governo federal no Plano Plurianual 2004–2007, com relação ao desenvolvimento de políticas que
73 permitam enfrentar o desafio de superar as desigualdades entre mulheres e homens; Considerando
74 ainda os compromissos e metas assumidas pelo governo federal mediante o decreto 5.390/2005, que
75 aprova o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres e instituiu o seu Comitê de Monitoramento; e
76 Considerando que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de responsabilidade de SPM,
77 é fruto da 1ª Conferência Nacional, que mobilizou 120.000 mulheres brasileiras, governos estaduais,
78 municipais, Ministérios, Entidades do Movimento de Mulheres, do Movimento Feminista e Sociedade
79 Civil; Solicitamos atenção especial, para providências imediatas da área econômica do governo federal
80 e da Presidência da República no sentido de: 1)Recompôr as dotações contingenciadas, relativas aos
81 programas e ações a cargo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2)Recompôr as outras
82 dotações de recursos para a execução dos programas e ações da LOA 2005, que dão consequência às
83 medidas constantes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como ao alcance das metas
84 nele estabelecidas; 3)Rever e alterar os valores previstos no Projeto de LOA –2006, visando o aumento
85 do volume de recursos destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, bem como a
86 todos os programas e ações que dão concretude ao PNPM, visando o alcance das metas assumidas.
87 Certas de contarmos com o empenho e compromisso de Vossa Excelência na dura tarefa de superar
88 as desigualdades entre mulheres e homens mediante políticas que respondam a este desafio,
89 *subscrevemo-nos...*” seguindo-se as assinaturas da Presidenta e das conselheiras presentes. Em
90 seguida, a Ministra passou a palavra para a conselheira Andrea Zarzar, do Ministério de
91 Desenvolvimento Agrário, para apresentar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora
92 Rural. A Conselheira Andrea iniciou destacando importantes programas do MDA, o Plano Nacional de
93 Reforma Agrária, aprovado em novembro de 2003, e o Programa Nacional de Apoio à Agricultura
94 Familiar, e de como estes programas levam em conta as políticas de gênero, através de ações como a
95 titulação conjunta da terra, crédito para mulheres assentadas, política de gênero para a assistência
96 técnica de inserção rural e outras. A Conselheira Andrea destacou que a principal dificuldade das

97 trabalhadoras rurais para acessar as políticas públicas é a ausência de documentos, sendo que até a
98 década de 80 o principal documento utilizado como identidade civil era a certidão de casamento, e as
99 mulheres só tinham acesso à sindicalização através da carteira do irmão e do pai. Lembrou que o
100 objetivo do programa é possibilitar o acesso à documentação civil, o que é feito no local de moradia
101 das trabalhadoras rurais, gratuitamente, sendo emitidos CPF, carteira de identidade, registro de INSS,
102 carteira de trabalho, registro de nascimento, num trabalho que conta como parceiros a Secretaria de
103 Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Receita Federal, Ministério da Previdência Social, Secretaria de
104 Políticas para Mulheres, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Após fazer a apresentação do
105 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, a conselheira apresentou o cronograma
106 de execução de mutirões, solicitando às demais conselheiras que divulguem e estimulem a ação nos
107 seus locais de origem. A Ministra agradeceu a exposição feita pela conselheira Andrea,
108 parabenizando-a pelo Programa, que foi merecedor de menção honrosa em concurso promovido pelo
109 BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento, destacando a importância da parceria do MDA com a
110 SPM. A Ministra divulgou para as conselheiras a realização do Encontro das Delegadas das Deams –
111 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – nos próximos dias 30 e 31 de outubro em Belo
112 Horizonte, com a presença de cerca de 200 delegadas de todo o país, quando será discutida uma
113 proposta de funcionamento das DEAMs, elaborada por um grupo de especialistas e delegadas de
114 diferentes regiões, com um balanço dos 20 anos de existência das delegacias no país. Na retomada
115 dos trabalhos após o intervalo para o almoço, a Ministra Nilcéa apresentou a sra Ana Costa, do
116 Ministério da Saúde, que traz uma proposta de trabalho conjunto com a SPM dentro do tema do
117 controle social, no sentido de uma capacitação e discussão das questões de saúde e de mulheres nos
118 conselhos nacional, estaduais e municipais da Mulher e da Saúde. Ana Costa falou sobre seu trabalho
119 no Ministério da Saúde na secretaria que foi criada nesse governo que trata da promoção da
120 participação popular, da participação social no campo da formulação e do controle das políticas
121 públicas, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Falou ainda da proposta de um grande
122 seminário com os Conselhos da Mulher e da Saúde, estaduais e municipais das capitais, para definir
123 estratégias de ações no âmbito dos estados e dos municípios das capitais, no sentido de capacitar as
124 integrantes dos conselhos de mulheres nas questões relacionadas ao direito à saúde, como iniciativa
125 das duas instâncias no âmbito federal, o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional dos
126 Direitos da Mulher, alastrando-se por toda a rede, ressaltando que são idéias ainda incipientes para
127 que haja um debate e uma melhor formulação. A conselheira Maria Ednalva/CUT, levantou o aspecto
128 de que a discussão da saúde da mulher no Brasil não tem incluído de forma satisfatória a questão da
129 saúde da mulher no trabalho, envolvendo também a questão da saúde mental, destacando que se
130 deve aprofundar a discussão não só nos conselhos das mulheres, contribuindo para que também o
131 Conselho Nacional de Saúde possa incorporar esse tema, incluindo essa especificidade que são as
132 mulheres no mundo do trabalho. A conselheira Jacimar de Almeida Gouvêa destacou a necessidade de
133 que uma representante indígena participe da preparação do Seminário, para que a proposta também
134 seja voltada para a saúde da mulher indígena. A Ministra ressaltou a importância do trabalho com os
135 Conselhos Municipais, pois em suas viagens pelo país para a pactuação do Plano pode perceber que
136 os Conselhos Municipais têm funcionamento irregular, por receberem interferência dos Executivos,
137 constatando-se uma ambigüidade entre ser um braço do executivo e ter autonomia para exercer o
138 controle social. Lembrou ainda da necessidade de se fazer uma Cartilha para orientação aos
139 Conselhos Municipais, proposta já apresentada pela conselheira Nilza Iraci quando das comemorações
140 dos 20 anos do CNDM, em setembro último. A Ministra considerou a proposta do Seminário com o

141 Ministério da Saúde uma grande oportunidade para trabalhar melhor com os Conselhos. Em seguida
142 passou a palavra para a Sub-Secretária da SPM Sueli de Oliveira, para que fizesse um informe da Área
143 Internacional. A Sub-Secretária informou ter ocorrido em 22 e 23 de agosto em Washington/EUA a
144 primeira reunião do Comitê de Peritas da Comissão Interamericana de Mulheres, com a participação
145 da perita brasileira Leila Linhares, que executa um grande e importante trabalho de coordenação do
146 Comitê, que reúne 32 países. Informou ainda da reunião ocorrida em agosto em Brasília com a
147 Secretária-Executiva da CIM, sra Carmen Lomelin, sobre "Trata de Personas", que é o tráfico
148 internacional de pessoas com fins de exploração sexual. Participaram da reunião a OIT, UNIFEM,
149 entidades do movimento de mulheres, os Ministérios da Justiça e da Saúde, a Secretaria de Direitos
150 Humanos, quando foi estudada a proposta de se fazer um Seminário Internacional em março de 2006
151 no Rio de Janeiro sobre o tema, antecedendo a primeira plenária da Assembléia de Delegadas da CIM.
152 Em seguida a Conselheira Eleutéria Amora colocou de necessidade das comissões do CNDM se
153 reunirem antes da reunião do Conselho, para que os debates e deliberações possam ser preparados e
154 para que possa haver uma integração maior entre todas, não ficando somente nas reuniões plenárias.
155 Solicitou também que as passagens aéreas para a vinda das conselheiras sejam emitidas com
156 antecedência, em acordo com as necessidades das conselheiras em função de suas agendas de
157 trabalho. Finalizando, parabenizou a Ministra Nilcéa pelo encaminhamento corajoso dos trabalhos da
158 Comissão Tripartite, no que foi acompanhada pelas conselheiras Lia Zanotta, Maria Ednalva e Justina
159 Cima. Antes do encerramento da reunião, a Secretária-Adjunta fez uma revisão da composição das
160 Comissões e Câmaras Temáticas do CNDM, incluindo as conselheiras que tomaram posse
161 recentemente, acrescentando a comissão de Controle Social, composta pelas conselheiras Nilza Iraci,
162 Lia Zanotta, Ana Maria Soares, Maria Ednalva e Marcia Campos. A Ministra Nilcéa Freire agradeceu a
163 presença de todas, e deu por encerrada a reunião.